

ENTREVISTA COM A PROFESSORA

ISAURA BELLONI*

PERSPECTIVA: Quais os principais problemas, segundo seu entendimento, que a questão da avaliação da Universidade coloca para a própria instituição?

PROF^a BELLONI: Para a Instituição, a avaliação coloca dois tipos de problemas; um primeiro problema é que a Instituição se expõe, quando ela decide fazer a avaliação e é preciso saber porque nós queremos nos expor e a quem nós queremos nos expor. Nós queremos nos expor uns aos outros internamente enquanto Instituição, nós queremos nos expor, também, ao poder externo e às autoridades governamentais. Então este é um problema, problema não no sentido negativo, mas no sentido de uma questão que nós precisamos enfrentar. A decisão de se expor, de abrir-se, para ver como nós estamos, quem nós somos, o que fazemos corretamente, o que fazemos incorretamente, a quem nós servimos, a quem a Universidade serve. Aquela grande, velha, significativa e atual pergunta: a quem a Universidade serve? também aparece no processo de avaliação. Então, essa é a primeira questão a ser considerada. A avaliação é um processo de auto-demonstração, auto-exposição que você precisa decidir fazer. Penso que a outra questão que a avaliação traz é relativa à ques

* Professora do Departamento de Teoria e Fundamentos da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília(UnB).
Entrevista realizada em setembro de 1988.

tão da decisão de avaliar-se, de a Universidade, enquanto instituição, se avaliar. Essa decisão implica em que se assume um compromisso com os resultados e esta é, por exemplo, uma questão muito claramente debatida entre os professores da UnB, entre os departamentos que se tem visitado, e é alguma coisa que aparece nos próprios questionários que se tem aplicado. Quando se pergunta: o que você acha da idéia de avaliar a UnB neste momento? existe um grande número de respostas do tipo: "desde que alguma coisa venha a acontecer". Os professores manifestam muito isto: tudo bem, nós vamos fazer a avaliação e vamos encontrar coisas que não dependem do âmbito da decisão individual, do esforço e da dedicação de alguns professores, que vão depender de decisões da instância superior ou de decisões que extrapolam até o poder de decisão da própria administração da Universidade. Então, que compromisso existe com o resultado da avaliação? De um ponto de vista mais genérico, que problemas e que dificuldades o processo de avaliação traz, quando é desencadeado? Primeiro, você tem que ter consciência que você vai se expor e nem sempre o que você vai expor é bom. Nem sempre é o melhor e nesta exposição vão aparecer coisas boas, adequadas e bonitas que nem se sabia, e vai ser muito interessante saber. A UnB está realizando descobertas pequenas, interessantes deste ponto de vista; mas vão aparecer coisas que não é bom saber, não é bom no sentido de que não é agradável saber, mas é bom no sentido de que é preciso saber para tomar alguma decisão a respeito. E muito mais do

que desvelar-se e mostrar-se, você tem que ter muita consciência, por isso o apoio institucional - do Centro ou da administração geral da Universidade - à atividade de avaliação é fundamental; é preciso ter uma ação conseqüente, não basta avaliar-se e ficar por isso mesmo. A avaliação cai em descrédito imediato, se você não conseguir perceber, a comunidade acadêmica não conseguir perceber que alguma coisa está acontecendo, porque foi feita a avaliação. É preciso um compromisso, portanto, é indispensável um compromisso com o resultado, alguma maneira de a administração superior, do instituto, do centro ou da Universidade como um todo, passar a considerar o resultado da avaliação no processo decisório imediatamente posterior. E isso não é fácil porque uma administração tem lá o seu projeto, seus encaminhamentos, seus planos de trabalho, e, nem sempre, talvez, queira mudar de rumo ou mudar suas prioridades. Então é preciso, para embarcar no processo de avaliação, que haja um compromisso institucional nesse sentido. Nós, na UnB, vamos enfrentar um problema desse tipo porque agora é que nós vamos deixar a fase de testagem da metodologia para fazer a avaliação de fato. Essa administração está no seu último ano de mandato, então é um momento muito pouco prático e operacional para grandes compromissos com o resultado da avaliação. Agora, o que foi positivo nesse processo é que nós conquistamos um significativo grau de legitimidade dentro da universidade que se traduz, por exemplo, no número de departamentos que está aderindo à proposta de avaliação,

além daqueles que a gente ainda não pode atender, mas que na próxima etapa vão poder integrar o projeto. Essa legitimidade é que levou o Conselho de Ensino e Pesquisa a transformar aquilo que era uma comissão de avaliação informal, um projeto de pesquisa de um grupo de pessoas, num órgão que, na estrutura administrativa da UnB é um Centro (que não tem nada a ver com centros, tipo faculdade), ou seja, uma unidade da estrutura administrativa regular, que tem a função de fazer uma avaliação sistemática e continuada. Esse é o primeiro compromisso, digamos, com a avaliação que essa administração já cumpriu.

PERSPECTIVA: Quanto à assim chamada crise da Universidade Brasileira, que muitas vezes se coloca em termos de falência das universidades federais, quais são, na sua opinião, os seus principais componentes?

PROFª BELLONI: Eu não acredito que a universidade esteja falida. É necessário identificar qual é o critério, qual é o parâmetro que se está usando para falar de falência. A universidade brasileira é melhor do que aquela em que nós estudamos, nós da minha geração, pelo menos, que estudamos há 20 anos atrás. Ela é melhor porque tem professores muito melhor qualificados do que naquela época. Ela tem professores em dedicação exclusiva, o que não havia no passado. Eu não tive um professor em dedicação exclusiva, todos faziam alguma outra coisa ou davam aulas em mais dois ou três lugares. A instituição de tempo integral e dedicação exclu

siva é um caminho para uma universidade muito melhor do que era no passado. As nossas bibliotecas são muito melhores hoje, do que eram no passado. Se faz muito mais pesquisa e produção artístico-cultural dentro da universidade do que se fez no passado. Então, anunciar a falência da universidade é uma avaliação equivocada, feita por segmentos que têm interesse em denegrir a universidade pública; este é um primeiro ponto. O que não quer dizer que a universidade pública seja boa, ela tem hoje condições de competência, para ser muito melhor do que ela é. Por isto é que se faz avaliação. Por isto é que eu acho que se deve fazer avaliação, para se identificar, neste contexto onde se tem melhores bibliotecas, professores mais qualificados, em regime de trabalho mais apropriado ao trabalho acadêmico, como se pode fazer uma universidade melhor. Então, acho que se deve qualificar o que se tem chamado de crise. O que é a crise da universidade? É o fato de que nós continuamos a atender 1% da população como alunos? Isto é crise? Não sei se é crise. É um indicador de que não há uma política voltada à formação de recursos humanos de alto nível. É um indicador de que, ao lado do desinteresse do governo pela ampliação da universidade, esse mesmo governo se esforçou e criou todas as condições para a ampliação do setor privado de educação superior e a "crise" onde ela existe, é o fato de que hoje nós temos inúmeras instituições que são, "instituições de ensino", não são universidades, são instituições particulares orientadas pela busca do lucro e não pela qualidade

do produto - recursos humanos - que está sendo formado. Este é um indicador de crise sim, quando você tem um país no qual a educação superior está na mão de segmentos que têm como objetivo primordial, não a qualidade do seu trabalho, mas o lucro que este trabalho pode gerar. E não vamos nos enganar que as instituições particulares possam trabalhar sem ter a perspectiva do lucro. Nenhum investidor privado vai criar uma instituição particular de ensino para ter prejuízo. Nem uma ordem religiosa, por amor à sua causa missionária, vai fazer isto. Então vamos enfrentar esta questão com clareza. Este é um indicador da crise, sim! Em relação ao setor público, das instituições públicas de ensino superior, existem problemas que eu não qualifico como crise. Existem problemas de redefinir qual é o papel, num passado não muito remoto, de um país que, em termos científico-tecnológicos, era muito mais atrasado do que é hoje. Num passado em que o desenvolvimento científico-tecnológico do mundo era muito diferente do que é hoje. Num passado em que os processos democráticos desse país eram muito menos adequados do que são hoje. Nós não sabemos ainda bem o que é, mas há um sistema democrático de fato, nem a minha geração, nem a geração mais velha do que a nossa sabe o que é isto. Neste contexto, a universidade não se transformou, e este é o problema que ela enfrenta; ela não se transformou de forma a ser uma instituição deste tempo em que nós vivemos. A universidade não é ágil, não tem sido ágil o suficiente para redefinir os seus objetivos e a sua forma de funcionamento,

de forma a ser a instituição que ela precisa ser nos países subdesenvolvidos, diferentemente dos países desenvolvidos. Nos países subdesenvolvidos, a universidade é uma instância, um espaço político e é um espaço científico-técnico de ponta; ela tem um papel muito mais importante do que uma universidade tem num país desenvolvido e ainda assim, num país desenvolvido, ela é objeto de mais atenção, traduzida em dólares ou no que seja, do que no nosso país. Vejo, então, a questão da crise da universidade sob outra ótica. Não se trata de uma crise que significa, que se direciona para a falência, a auto-destruição ou a inadequação da instituição. Ela tem uma crise de atualização do seu papel. É preciso tornar o papel da universidade condizente com a sociedade na qual ela está inserida. Há trinta anos atrás, a universidade tinha a função de reforçar os padrões de estratificação social já existentes. Os filhos das altas famílias iam à universidade para corroborar seu status e seu papel na sociedade. Hoje, a universidade não faz mais isto. Ela não tem porque fazer isto; considerando as formas como a estrutura de classe se organiza, a classe alta não precisa da universidade para reforçar o seu papel de dominação. Por outro lado, a universidade não é uma instância de mobilidade social. Ela serve, talvez, à classe média, um pouco para definir as suas condições de pequena mobilidade social, mas ela não desempenha mais o papel de reforço dos padrões de status social já definidos pela estrutura social, como no passado. Então, ela tem hoje um papel completamente diferen

te, de formadora de recursos humanos para o mercado de trabalho, a curto prazo e a longo prazo. De formar um engenheiro, um médico ou um professor que seja competente hoje e daqui a vinte ou trinta anos (pelo menos, trinta anos de trabalho se supõe que alguém vá ter); isso é alguma coisa que exige uma universidade que se pense e que se veja diferentemente. Então se é que existe crise, eu acho que a crise é isto, é a universidade se redefinindo num novo tempo, onde ela tem um papel completamente diferente do que tinha. A universidade não é mais importante hoje para formar o advogado, o engenheiro, o médico - que era a sua função no passado - para reforçar as estruturas de poder existente. A universidade participa das estruturas de poder hoje, sem a menor dúvida, mas a função dela mudou completamente, a partir do momento em que ela vai formar muito mais assalariados do que profissionais liberais, em termos de mercado de trabalho. Neste sentido ela é o lugar da formação daqueles indivíduos que vão ser os empurradores ou os puxadores do desenvolvimento científico-tecnológico. A universidade está inserida em um outro mundo e ela ainda não mudou adequadamente para se engajar nesse novo papel. Ainda está muito marcada por uma concepção tradicional ou conservadora, arcaica, não sei qual é o adjetivo adequado, de universidade. Então, se é que tem crise, a crise não é tanto da universidade, a crise é o resultado de uma sociedade completamente diferente, que está colocando novas demandas para suas instituições, não são para a universidade. O sistema de saúde

hoje passa, até certo ponto, pela mesma necessidade de se adequar a um outro tipo de sociedade, onde a saúde pública começa a ser reconhecida como sendo indispensável. No passado, não se cogitava o serviço público de saúde como alguma coisa relevante; cada um morria e nascia como podia. Então eu acho que é uma sociedade toda que se modificou e a universidade não está ainda sintonizada completamente com esta mudança. Eu vejo a "crise" desta forma.

PERSPECTIVA: Como se coloca o problema da avaliação da universidade neste momento, que já se estende por mais de um ano, quando são muitas e provenientes de vários setores da sociedade as críticas sobre a ineficiência da universidade?

PROFª BELLONI: A avaliação se coloca como uma necessidade. Não, eu insisto, apenas pela questão da crítica. Eu acho que a avaliação é importante para termos respostas muito claras, num momento em que a universidade está sendo objeto de uma campanha sistemática, pelas razões de caráter político e, digamos, de um modelo econômico que está sendo implantado neste país, em que o público é muito absorvido pelo privado, onde o público caminha muito no sentido de beneficiar o privado. Neste contexto, a crítica da universidade é muito intensa mas não é por isso que se deve fazer a avaliação. A avaliação, neste momento, serve também para responder a isso. Mas se, por um passe de mágica, se parar de fazer crítica à universidade, nós devemos continuar tentando fazer a avaliação, acumulando metodologia, criando estratê

gias para avaliar a universidade, porque eu acho que a universidade sai ganhando se ela se organizar de uma forma mais adequada e mais eficiente. Não é porque a crítica está sendo feita que vamos buscar mais eficiência, porque, sendo um serviço público, a Universidade tem que ser eficiente. Se uma empresa privada quisesse se dar ao luxo de não ser eficiente, não tem problema nenhum; é o dono do capital que decide como ele vai tornar mais ou menos eficientes seus reursos. A universidade tem que ser eficiente porque ela é pública. Nós temos que ter muita clareza sobre como vamos definir o que é universidade eficiente. A universidade é eficiente não porque ela tem 20 alunos por professor, necessariamente. Ela pode ser muito ineficiente porque ela "produz" gente de muito má qualidade para a sociedade. Então é preciso definir qual é o padrão de eficiência que nós devemos ter na universidade. Não é o padrão de eficiência da empresa, por isso a avaliação da universidade é teórica e metodologicamente alguma coisa que está ainda muito incipiente. Quando algumas pessoas tentaram fazer a avaliação, transferiram, tomaram emprestado alguns indicadores de organizações complexas, para usar a linguagem sofisticada de sociólogo, para a organização complexa que é a universidade, sim. Só que estes indicadores, estes parâmetros não se adecuam muito à universidade. É preferível ter 7 alunos por professor, mas formar profissionais de boa qualidade e ter uma contribuição no desenvolvimento científico-tecnológico. E isto vai ser uma universidade mais eficiente, do que ten

do 20 alunos por professor e formar recursos humanos inadequados, desatualizados, sem compromisso social com as necessidades da maioria da população, etc. Então, eficiência é uma necessidade, é uma característica que a universidade precisa conquistar. Agora, precisamos definir o que é esta eficiência a ser conquistada e o que é, e em relação a que estamos insatisfeitos em termos de eficiência. É só isso de 20 alunos por professor que está incomodando? É este o padrão de ineficiência? Isso não indica nada, não indica nem eficiência nem ineficiência. É um padrão, um indicador inadequado.

PERSPECTIVA: A quarta questão se refere ao Centro de Avaliação Institucional que existe na UnB e que você coordena. Então, em relação ao Centro de Avaliação Institucional tem-se uma série de questões:

- como nasceu a proposta deste Centro?
- quais as suas funções, seus objetivos?
- como vem operando?
- há algum relacionamento com o MEC ou apoio?
- quais os resultados a que chegou até o momento?
- quais os principais obstáculos que vem enfrentando?
- quais os apoios que o Centro tem dentro da própria UnB?

PROFª BELLONI: Centro neste caso significa uma coordenação. Não é Centro no sentido da estrutura administrativa regular das universidades. É uma palavra, é um nome, que no caso da UnB se aplica ao que se chama de unidade de custo, dentro

da estrutura da universidade; para se poder receber recursos do orçamento da universidade, tem que ter este nome: Centro. Porém, é uma coordenação, um setor. Como é que está institucionalmente localizado? Nós levamos uns bons seis meses - depois da decisão de que tinha que institucionalizar essa comissão de coordenação de avaliação - para conseguir de finir onde localizar essa comissão ou essa tarefa, a fim de que pudesse ser realizada, com apoio institucional. Portanto, para ter a possibilidade de contar com respaldo financeiro, com pessoal alocado a esse centro, era preciso discutir onde colocá-lo dentro da estrutura organizacional da instituição. Onde colocar de forma que se garanta que essa atividade seja controlada por instâncias democráticas da universidade e por instâncias que tenham responsabilidade pelas atividades fins, ou seja, pelo ensino, pesquisa e extensão. Nós levamos um certo tempo para decidir e encontramos uma saída dentro da estrutura da UnB - e em cada instituição isto tem que ser provavelmente diferente - encontramos, então, uma saída: a portaria cria o Centro de Avaliação Institucional, define que ele está, do ponto de vista organizacional, ligado ao gabinete do Reitor. Porque? Para não ligá-lo a nenhuma Pró-Reitoria, porque se a avaliação pretende ser institucional, global, nós não poderíamos estar subordinados por exemplo, à Pró-Reitoria de Graduação ou de Pós ou de Administração. Então, foi preciso ligá-lo ao gabinete do Reitor. Por que não foi ao Conselho Universitário, já que se precisava vinculá-lo a uma instância supe

rior? Porque ligado ao Conselho Universitário não seria possível constituí-lo como uma unidade de custos, para ter repasse de recursos, pessoal alocado... sendo assim, do ponto de vista organizacional, ficou subordinado ao Gabinete do Reitor para fins de alocação de recursos e fixação de pessoal. Do ponto de vista da definição dos objetivos, da finalidade, da definição de quem é o coordenador do Centro, este está funcionalmente dependente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão que, no caso da UnB, é uma parte do Conselho Universitário. (O Conselho de Ensino e Pesquisa, junto com o Conselho de Administração - constituído pelos Diretores de Centros e Institutos - formam o Conselho Universitário). Nós estamos ligados àquela parte do Conselho Universitário que diz respeito às atividades fins da instituição. Isto tentando combinar a necessidade de uma localização administrativa do Centro, com a definição das políticas e das prioridades da Instituição que é feita no CEPE. O Centro tem como finalidade promover, de forma sistemática e contínua, a avaliação da Universidade de Brasília, a partir das diretrizes formuladas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Por que deste Conselho? No caso da UnB, o Conselho de Ensino e Pesquisa é constituído por um representante eleito de cada um dos Centros ou Faculdades; então, é uma instância democrática, onde estão presentes todas as tendências e problemas das várias áreas do conhecimento; é uma instância que tem a responsabilidade pela política de ensino, pesquisa e extensão da instituição. Nos pareceu, então, que o lu

gar mais apropriado para o Centro seria o CEPE, combinado com o Gabinete do Reitor. Não sei se será a melhor alternativa genérica; não sei se no futuro será o melhor lugar dentro da própria UnB. Neste momento, dadas as condições de organização da UnB, o seu estatuto e a forma como ela funciona, esse foi o lugar que pareceu o mais adequado.

PERSPECTIVA: Mas antes de se formalizar como Centro, surgiu de outra forma...

PROFª BELLONI: Os antecedentes todos vêm das peculiaridades da história da Instituição. A Universidade de Brasília passou por um processo de redemocratização, redefinição de uma série de princípios de funcionamento da estrutura da Universidade e depois que a casa foi posta mais ou menos em ordem, havia uma insatisfação. Para onde vamos? As grandes metas que a administração da Universidade, que os Diretores em cada um dos Institutos, que o movimento docente por outro lado tinham, pareciam encontrar dificuldades de serem operacionalizadas. Um dos pontos que foi muito discutido é que a Universidade estava de "ressaca democrática": depois de tanta luta por um processo de escolha de Reitor e de administração interna mais democrática, a gente finalmente tinha conseguido alguma coisa, mas agora havia um recesso, um certo marasmo. Era preciso um projeto de impacto dentro dessa Universidade. E nesse contexto surgiu a idéia de "passar a limpo" a Instituição; ela tem muitas coisas boas, tem outras tantas que não estão funcionando e não adianta

ficar atacando uma coisa aqui, outra ali; vamos então tentar passar a limpo. Foi nesse contexto que surge a idéia de avaliar a Universidade e surge como um projeto individual, meu, e de um grupo de pessoas. Como essa administração olha para isso? A resposta foi que a administração olha com muito bons olhos. Não é um projeto da administração; isso é muito positivo, por outro lado, porque nós temos diante dos professores, quando se conduz o projeto, a possibilidade de dizer: esse não é um projeto da administração Cristovam Buarque; esse é um projeto que a administração Cristovam Buarque dá muito apoio e tem muito interesse que seja desenvolvido, mas que tem completa autonomia em relação ao projeto do Reitor e do grupo que administra a Universidade. Isso é politicamente muito importante, nos dá diante do corpo docente principalmente, uma respeitabilidade; quer dizer, nós não temos o compromisso de fazer essa gestão funcionar bem ou não; nós temos o compromisso de tentar uma proposta de avaliação que essa gestão deu apoio - e isso é ótimo - mas não temos compromisso com essa administração, nesse sentido. Então, surge como uma proposta que um grupo de pessoas leva ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão porque era importante que ela aparecesse diante dos professores, principalmente, não como iniciativa de um grupo - não é o projeto de pesquisa da Isaura que as pessoas vão, porque gostam mais ou gostam menos da idéia ou do projeto, levar à frente - mas é alguma coisa que a Universidade, enquanto instituição, num Colegiado democrático, reconhece que tem valor.

Sempre tentamos combinar um pouco disso: termos o apoio institucional sem termos a marca institucional e não é para ficar em cima do muro, é para conquistar, para o projeto de avaliação, a característica de uma atividade normal e regular. Se faz pesquisa, se dá aula, se faz extensão por que isso é parte da rotina da Universidade e não porque tem o reitor x ou y; o reitor x ou y não mudam o fato de que os professores dão aula, fazem pesquisa, extensão e administram a Universidade. Não é para ficar em cima do muro, insisto, mas é para caracterizar a avaliação como uma atividade de que tem necessidade de ser implantada na universidade. Ao mesmo tempo, nós não podemos abrir mão do apoio institucional; então a idéia foi conquistar um apoio por parte da administração e conquistar uma legitimidade por parte da comunidade e só depois que isso estivesse razoavelmente encaminhado, viria a decisão da institucionalização. Veja, o projeto começa em agosto de 86, a Comissão como tal é instituida em fevereiro de 87 e o Centro, que é o momento da institucionalização propriamente dita, aconteceu agora em junho (de 88); foi criado muito recentemente, até para ver se nós tínhamos fôlego para constituir a idéia de avaliação como uma coisa relevante dentro da Universidade. Então, por um lado, é necessário o apoio institucional, sem esse não se pode desenvolver o trabalho continuamente. Por outro lado, é preciso ficar muito claro que a avaliação é uma atividade regular e rotineira da Universidade e não um projeto de uma administração. Então, é preciso conquistar legitimi

dade pelos dois lados. Do ponto de vista financeiro - porque não é barato fazer a proposta, buscar consultores, imprimir 10.000 questionários de alunos, como fizemos agora - no início e até agora, estamos funcionando como um projeto de pesquisa, manda-se o projeto para a SESU, INEP pedindo dinheiro... Atualmente, temos - eu sempre pedi - bolsa de iniciação científica, de aperfeiçoamento científico do CNPq; o grupo, que temos hoje de assistentes e de auxiliares de pesquisa, é constituído de bolsistas do CNPq. Agora, com a constituição do Centro, nós temos dois funcionários técnicos, pessoas graduadas de alto nível que são do Centro, até agora tínhamos funcionado somente com pessoal mantido com dinheiro de convênio, de projeto de pesquisa. Nesse momento, estamos dependendo de um recurso que a SESU vai transferir à Universidade, submetemos à SESU o pedido de apoio para a testagem da segunda fase da metodologia. A médio prazo, a minha impressão é que vai funcionar ainda como projeto de pesquisa, isto é, com apoio vindo de fora, mas já com algum aporte da Universidade, tendo, por exemplo, alguns professores com parte do seu tempo previsto regularmente para desenvolver atividades junto ao Centro de Avaliação, pessoal técnico-administrativo, etc. Aos poucos, a Universidade vai incorporando o Centro na sua estrutura de pessoal, dependendo cada vez menos de recursos externos; penso que a tendência tem que ser neste sentido, isso faz parte da autonomia da Universidade, que ela possa continuar a desenvolver a avaliação com seus próprios recursos, que assimile aos

poucos o Centro de Avaliação.

PERSPECTIVA: Embora ainda estejam em fase de testagem da metodologia de avaliação, como você falou, já há alguns resultados visíveis dentro da UnB?

PROFª BELLONI: Tenho uma certa dificuldade de falar sobre isso porque sou muito entusiasta dos poucos resultados que nós temos, não sou pessoa de maior confiança para isso. . . precisaria de um avaliador externo para fazer essa avaliação. Eu acho que sim, que existem vários resultados, pequenos, mas muito significativos. Existem, por exemplo, resultados diretos, situações em que professores receberam o seu relatório individual de avaliação da disciplina x, do 1º semestre do ano passado, onde estão contidos os resultados da avaliação que os alunos fizeram na disciplina, comparados com o resultado da própria auto-avaliação do professor, relatório que provocou no professor uma tomada de consciência - não sabia que estava tão bem aqui ou que tinha problemas acolá. Pessoas que buscaram fazer a revisão do programa da disciplina; pessoal da área técnica que buscou saber como é que se faz avaliação - "os alunos estão dizendo que não sei avaliar rendimento, como é que se faz isto?" têm resultados muito pequenos, mas que não são isolados; de indivíduos que simplesmente pelo fato de tomar conhecimento passaram à etapa, que para nós é a fundamental, de tomar decisões, implementaram algumas coisas. São pequenos os resultados, ainda estão muito diluídos, mas significativos. Um

outro tipo de resultado, esse talvez mais importante, mas mais complexo, é a forma como a definição de prioridades e objetivos, em alguns departamentos, começou a ser encaminhada. Em alguns departamentos que participaram da primeira experiência ou departamentos que não participaram, mas acompanham o encaminhamento da proposta de avaliação, já se preocupam com o planejamento de oferta de disciplinas, cuidados com a forma de distribuição de encargos docentes, cuidados com relação ao apoio de projetos de pesquisa, quer dizer, um pouco assumir a responsabilidade do departamento como uma instância que não é meramente burocrática, mas uma instância que tem uma responsabilidade sobre o que acontece naquele curso, naquela carreira, o que acontece com os indivíduos que estão lotados naquele departamento. É um resultado ainda muito diluído, mas que se traduz na forma - e essa avaliação não é nossa, é do próprio CEPE - como os departamentos estão procurando se programar, estão procurando identificar suas prioridades, indicações da melhor forma de conceder a licença sabática, de pós-doutorado, de promover apoio à pesquisa. O resultado que por enquanto é o mais significativo é a adesão, porque não é uma adesão simplesmente à idéia de avaliação, é uma adesão à perspectiva de que se muda para melhor fazendo avaliação. Acho que nos processos de avaliação o menos importante é cada resultado individual do professor ou daquela dimensão que está sendo avaliada. O resultado mais importante no processo de avaliação é levar os indivíduos a mudar, a tentar melhorar o que fazem,

estando isso relacionado ou não ao resultado da avaliação. Então, a avaliação desencadeia um processo que extrapola aquilo que ela própria consegue desvelar como resultado da avaliação.

PERSPECTIVA: Quais foram as estratégias que vocês desenvolveram para - você usou a expressão em sua palestra - "vender o peixe" dentro da Universidade, para colocar esse projeto de forma que ele tivesse uma progressiva aceitação?

PROFª BELLONI: Do nosso ponto de vista, a questão da legitimidade é fundamental. Sem ser legítimo o processo, não faz sentido fazer avaliação; esse é um, senão o princípio básico a partir do qual nós trabalhamos. Então, essa legitimidade tem dois aspectos: se tem a legitimidade do ponto de vista político que significa que a idéia, a necessidade de avaliar é reconhecida por quem participa do processo e que os instrumentos, os critérios, a forma como se divulgam resultados também é legítima; essa é que eu chamo de legitimidade política do processo de avaliação. E se tem uma legitimidade teórico-metodológica, quer dizer, os indicadores que se usam são apropriados para avaliar aquilo que está sendo proposto como objeto de avaliação. A conquista dessa legitimidade é fundamental e é preciso desenvolver estratégias diferentes para conquistar cada uma das características dessa legitimidade. Para conquistar a legitimidade política, tem-se que, primeiro, ter muito claro, para os indivíduos que são objeto e sujeitos da avaliação, o seu desejo,

a sua vontade de participação, o seu reconhecimento da relevância da participação na avaliação; que essa avaliação lhes traga benefícios, vantagens, seja do ponto de vista de auto-satisfação (eu vou ficar mais contente com o meu trabalho se eu souber que os outros estão dizendo que estou trabalhando bem - tem o problema da auto-estima) e que lhes traga benefícios no sentido de que, ao fazer a avaliação, está fazendo, enquanto professor, com que a Universidade lhe dê melhores condições de trabalho e aí está o compromisso com o resultado que eu mencionava antes. Essa legitimidade política se completa com uma questão que é política propriamente dita, quer dizer, a Universidade é uma instituição pública e por sê-lo tem a responsabilidade de saber o que está fazendo adequadamente ou inadequadamente, diante da sociedade. Então, há o lado do compromisso político maior dos indivíduos na Universidade com a sociedade - este é um argumento em relação ao qual nem todos são sensíveis, na Universidade. O outro argumento é que o professor vai ter algum benefício, enquanto melhores condições de trabalho possam ser a consequência do processo de avaliação. Essa é a conquista da legitimidade que eu chamo de política. E há a conquista da legitimidade do ponto de vista teórico-metodológico, quer dizer, os indivíduos se darem conta de que o tipo de instrumentos, que o teste que você utiliza são adequados. Veja, nós estamos trabalhando em meio a nata da intelectualidade; isto é, nem todos na Universidade são da nata da intelectualidade brasileira, mas a média é. Nós es

tamos trabalhando com pessoas altamente sofisticadas, que têm uma "finesse" de tratamento do detalhe nas coisas que fazem e têm elementos para fazer uma avaliação, um julgamento daquilo que está sendo feito. A legitimidade, a adequação teórico-metodológica da avaliação, dos critérios e instrumentos que estão sendo usados é fundamental; não se pode brincar de fazer alguma coisa menos criteriosa do ponto de vista metodológico. O rigor metodológico, seja qual for a metodologia que se venha a usar, ou as estratégias, tem que ser realizado de forma muito bem fundamentada, porque se está trabalhando com um grupo que tem condições de "botar o dedo na ferida" ao menor problema. Não que se vá resolver todos os problemas, mas tendo consciência deles, já se avisa: "eu estou usando questionário, mas eu sei quais são as limitações desse tipo de técnica". E isso faz parte de uma legitimidade fundamental, sem o que, com a maior facilidade, pode-se ter qualquer dos nossos colegas simplesmente desmontando as propostas. É muito importante que a proposta de avaliação seja, do ponto de vista teórico-metodológico, muito bem sustentada, sólida. E a partir disso, a idéia que seguimos foi "vender o peixe", sim. Nós fizemos peregrinação; iniciamos visitando todos os Diretores de Centro, discutindo a avaliação, o que já se fazia no Centro quanto à avaliação... Metade dos Diretores não sabia quase nada a respeito, porque são iniciativas muito individuais as que acontecem. Depois enviamos correspondência aos departamentos, dizendo que existia a proposta, incluindo um documento

geral com as considerações preliminares e que queríamos ir ao Departamento discutir. Aí deu-se a peregrinação pelos departamentos: expor a proposta, discutir, ouvir críticas, incorporar muitas delas quando eram procedentes. Exigia-se como condição básica o desejo individual de participação; em alguns casos, por exemplo, o departamento decidiu coletivamente participar, mas qualquer professor que não quizesse, teria respeitada sua decisão. Esse processo de visita aos departamentos, de discussão da proposta, incluía questões como: por que se avalia, para que serve a avaliação, quais são os perigos, quais são os problemas teóricos envolvidos, como trabalhar com as diferenças entre as áreas de conhecimento, como avaliar uma disciplina na área de geologia que depende de excursões que os alunos fazem para identificar tipos de solos, como avaliar uma disciplina na área da saúde onde, além do aluno, se tem o paciente como personagem daquele processo, então como se faz isso? Acho que boa parte da nossa honesta manifestação de ignorância junto aos nossos colegas foi um dado muito positivo; não que eles tenham nos ajudado muito, não, mas pelo menos partilharam conosco o processo de construção da metodologia, como também da nossa preocupação de não transformar nenhum resultado em norma, em algo definitivo e acabado, dando antes um caráter de experimentação. Acho que durante muito tempo a avaliação será ainda alguma coisa em teste, é claro que numa perspectiva de continuidade, para se poder ter compara

bilidade, mas sempre com muita clareza de que não se tem teoria e nem metodologia suficientemente amadurecidas. Acho que passar essa percepção para os indivíduos de que não se tem uma fórmula pronta, ou medidas que vão ser aplicadas e que não vai se sair medindo as pessoas para ver se elas correspondem àquele parâmetro, isso foi parte importante do processo de "venda do peixe" dentro da Universidade. Tivemos sempre a humildade de dizer: nós não sabemos tudo nem o bastante para fazer isso. Nós não sabemos não porque não se faça esforço ou porque se queira, é porque a área é complexa e não há uma tradição de formulação teórico-metodológica consistente da qual se possa partir.

PERSPECTIVA: Quantas pessoas, quantos docentes compõem esse Centro?

PROFª BELLONI: Éramos uma comissão de quatro professores; um deles pediu licença na Universidade e voltou ao seu país - era paraguaio - estamos reduzidos a três pessoas, uma delas muito pouco participante, porque trabalha na área de extensão da Universidade e tem muito pouco tempo para se dedicar e está fazendo mais a parte da avaliação da extensão, apenas, pois está ainda bastante incipiente e vai se desenvolver. Afora isso, nós temos o pessoal que é assistente e auxiliar de pesquisa e agora incorporamos dois funcionários técnicos, um deles é mestre em educação e trabalhou comigo no programa de avaliação da reforma universitária e tem, portanto, um "background", uma formação bastante

boa na área. O outro é um graduado em Pedagogia que tem a experiência de ter trabalhado em avaliação de projetos na CAPES. São, então, três coordenadores do Centro, a nível de pessoal "senior" em experiência de pesquisa, dois pesquisadores "junior" e o pessoal assistente e auxiliar de pesquisa. O Centro foi constituído e tem duas diretorias que não se está querendo implementar ainda burocraticamente, pois a idéia é não inchar, não criar algo muito grande, nem muito pesado; isto porque a nossa proposta é que o Centro encaminhe a avaliação, isto é, formule as estratégias, os instrumentos, crie as condições operacionais para que a avaliação possa se dar. A idéia é que os Departamentos e os Centros, as Faculdades assumam essa avaliação; por exemplo, o Centro X quer fazer uma avaliação dos currículos das carreiras pelas quais é responsável; então vamos constituir um grupo de professores, estudantes ou quem seja deste Centro que vai trabalhar com o Centro de Avaliação para se poder encaminhar essa avaliação. A idéia, assim, é que o Centro de Avaliação seja pequeno sempre, com muito pouca gente, mas envolvendo professores das várias faculdades e também gente da administração; por exemplo, no encaminhamento da avaliação dos procedimentos administrativos, queremos ter não mais do que um de nós conduzindo o processo, queremos ter funcionários técnico-administrativos participando, professores da área de administração - seja de administração da educação, como de administração propriamente dita - jun

to com algum consultor externo. Então, formar sempre comisões "ad hoc", conjunturais, que vão fazendo o trabalho, cabendo ao Centro coordenar o processo.